

## Apresentação

### Dossiê: Historicidade e formas de representação da experiência

O deslocamento, o exílio, o trauma, o luto, o transe. As intersecções de gênero e raça. O processo de escrita. Distintos modos de estar no e experimentar o mundo. Como dizê-los, representá-los? Ao que eles respondem quando são invocados? São a polissemia da ideia de experiência e a impossibilidade de capturá-la em uma histórica única as razões do interesse em organizar o dossiê *Historicidade e formas de representação da experiência*.

Do ponto de vista da escrita da história, os modos de experimentar o tempo atravessaram transformações que ensejaram diferentes ordens e articulações entre passado, presente e futuro. O passado, repositório das coisas vividas, como promessa de repetição; o futuro como abertura para o incógnito, para o inaudito, em função da dimensão progressiva e irrepitível do tempo; o lamento pelo empobrecimento da experiência na contemporaneidade; os crescentes questionamentos acerca da separabilidade e da sequencialidade das instâncias temporais e a experiência como maneira de localizar epistemologicamente sujeitos e objetos configuram algumas das traduções possíveis para essa relação, a qual, sobretudo a partir da década de 1970, ganhou espaço no campo historiográfico com a constatação de que o tempo não é uma essência igualmente percebida em todas as localidades, culturas e sociedades.

A consciência da historicidade do tempo e de suas múltiplas apreensões não resolve, porém, a questão de como capturar e encerrar – e mesmo se essa tarefa seria possível – em textos, em imagens, as distintas maneiras de estar e figurar-se no mundo. Nesse sentido, também nos anos 1970, a desconstrução das formas narrativas de representação historicistas e de seus pressupostos, como o da distância e da objetividade, abriu uma crise das formas e dos conteúdos e tensionou as instáveis fronteiras entre história, literatura e ficção.

O debate a respeito da natureza narrativa da história na segunda metade do século XX viabilizou, para autores como Paul Ricoeur, o “retorno do vivido” a um discurso que prescindira do sujeito. A história seria o lugar por excelência do encontro entre o tempo lógico da reflexão historiográfica e o tempo da experiência concreta, e no “duplo estatuto de realidade e ficção”, constitutivo da narrativa histórica, residiria sua especificidade: um potencial explicativo-narrativo que, ao contrário do discurso ficcional, não abdicaria de uma “intenção de verdade”<sup>1</sup>.

Contudo, para além das leituras que exploram as proximidades e distâncias entre as narrativas histórica e ficcional, o que interessa a este dossiê é refletir acerca dos modos de sentir, compreender e dar a ver a experiência. Por isso, de Mário de Andrade, cujo autorretrato furtivo ilustra a capa deste dossiê, tomamos a inspiração para pensar as muitas formas de “apanhar a poesia do real”, mesmo que essa busca, quando muito, encontre apenas sombras.

\*\*\*

Reunimos neste dossiê artigos que contribuem, cada um com uma visada diferente, para perscrutar o tema da experiência, por meio da literatura, da

---

<sup>1</sup> RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Editora Papyrus, (Tomo I. Trad. Constança Mardondes César, 1994); (Tomo II. Trad. Maria da Penha Villela-Petit, 1995) e (Tomo III. Trad. Roberto Leal Ferreira, 1997).

história indígena, das conexões entre modernidade e racismo, da construção da historicidade a partir das imagens, do corpo e da religiosidade.

Abrindo esta reunião de textos, **Patrícia Reis**, em **“O problema da unidade da cultura europeia: Auerbach e Curtius”** analisa os estudos de Erich Auerbach e Ernst Robert Curtius, produzidos nos anos 1930, em relação à obra poética de Dante Alighieri. Embora seja possível demarcar diferenças significativas entre suas perspectivas, ambos identificaram, no início do século XX, a ocorrência de uma “crise europeia”, nas palavras do primeiro, ou de uma “crise da *Bildung*”, nos termos do segundo. A função da filologia românica, como disciplina fundada no idealismo e no romantismo alemão, seria recuperar o sentido dessa totalidade para a Europa contemporânea, como uma maneira de responder ao mundo em transformação – tanto em virtude da Segunda Guerra Mundial, dos movimentos políticos de massa e do exílio, quanto das inovações artísticas modernistas.

Foi assim que a Idade Média apareceu em suas leituras: para Curtius, como uma etapa importante da história ocidental, responsável por construir a Europa como uma “unidade de sentido”, unificando os mundos antigo e moderno através da tradição latina. Já Auerbach sustentou que a cultura europeia teria sido fruto da síntese de duas tradições – a judaica e a cristã –, as quais conformariam um modo particular de interpretação da realidade, denominada “interpretação figural”. Para isso, a autora examina o importante estudo **“Figura”** (1938), de Auerbach e artigos de Curtius que tematizaram Dante, escritos ao longo da década de 1930, bem como seu polêmico livro **Deutscher Geist in Gefahr** (1932).

No artigo **“Experienciando a modernidade: a tragédia da cultura e as crises do tempo na obra de Georg Simmel”**, Edmo Videira propõe avaliar o modo como, na obra de Simmel, o conceito de Modernidade recebe uma tonalidade específica quando considerado à luz da categoria de “tragédia da

cultura”. Segundo o autor, a noção simmeliana de cultura seria algo como uma jornada da alma subjetiva que parte para o mundo em busca de suas instâncias objetivas – tais quais a arte, a moral, a ciência, a religião e o direito – e delas se alimenta. Plenamente preenchida, a alma retornaria para si em um novo estado, como um espírito objetivo dotado de um valor específico adquirido pela experiência. No entanto, o imperativo do cultivo teria se tornado um problema na modernidade, uma vez que a aceleração do tempo como marca fundamental da vida cotidiana nas cidades teria gerado, no sujeito, uma crise relacionada à experiência do tempo. Sempre fugidivo e exigente, o ritmo da vida moderna seria incompatível com o processo paciente e demorado de aquisição cultural. Soma-se a isso o número sempre crescente de objetos, que deixam de ser apenas meios e tornam-se fins em si mesmos – como, por exemplo, o dinheiro.

É assim que se configura a dimensão trágica da cultura. Todavia, ao contrário do herói trágico grego, o homem moderno não se reconcilia com seu destino ao fim da trama; na verdade, esse homem sequer pode ser considerado um herói, uma vez que, na modernidade, as identidades encontram-se diluídas e homogeneizadas. Submetido aos ditames de um mundo que corre apressado, o sujeito moderno se automatiza e se adapta à velocidade da vida na persecução dos fins que lhe são impostos. Por conseguinte, ele sonha em parar o tempo e realizar a cultura; sente saudade do passado e anseia por uma realização utópica desse ideal no futuro, mas é indiferente em relação à irrealização da cultura no presente. Nesse sentido, a modernidade seria o lugar da cisão entre sujeito e objeto.

Na sequência, em **“Viver na reserva, ressignificar a tutela e r-existir perante o SPI: o que os Tenetehar-Tembé contam dessa história?”**, **Emílio Ribeiro** realiza o cruzamento entre pesquisa etnográfica e reflexão teórica sobre a relação dos povos Tembé com as instâncias de poder tutelar. Somando-se a uma produção historiográfica que recusa identificar as vivências indígenas a um

passado primitivo, o texto explora o modo como esses povos lidaram e lidam com os órgãos de poder indigenistas, a exemplo do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), respondendo às arbitrariedades de tais instâncias com estratégias de *r-existência* e formas de manutenção da autonomia frente à tutela. O ponto de partida do autor é a criação, pelo SPI, de uma reserva localizada entre os rios Guamá e Gurupi no ano de 1945, a fim de realocar os Tembé e os demais povos que habitavam a região mais vasta da antiga Aldeia São José. Esse movimento, contudo, não teria levado em conta as peculiaridades das relações entre os povos que ali viviam e muito menos a sua relação com o território.

Longe de sugerir uma aceitação passiva das condições impostas pelo SPI, Ribeiro mostra como os Tembé mantiveram sua capacidade de agência perante o poder tutelar e, ainda, como frequentemente utilizaram-no em seu proveito. Seu texto, portanto, é um convite à reflexão e se une a um rico conjunto de pesquisas atuais acerca da história indígena, cuja referência consiste em conceitos e práticas advindos de experiências próprias, em vez de uma racionalidade pretensamente universal.

**Hannah Henriques Debs e Sérgio Paulo Morais** discutem em “**Câmbio Negro: o racismo moderno enquanto parte-integrante do projeto de mundialização do capitalismo**” como o avanço global do capitalismo, em perspectiva transatlântica, encontrou na distinção racial uma aliada importante. A análise atravessa diferentes tradições, como o pensamento decolonial – com ênfase para autores, como Aníbal Quijano, Edgardo Lander e Walter Mignolo –, o marxismo – nomeadamente, com Peter Linebaugh – e o pós-estruturalismo – com Paul Gilroy e Judith Butler. O argumento é enriquecido, ainda, com a perspectiva de Grada Kilomba, na qual são associados ao fenômeno do racismo moderno a sociabilidade e os processos psíquicos em que se experimentam a cultura e a linguagem. Assim, o texto avalia a transformação que o continente americano imprimiu no processo de mundialização do capitalismo ao adicionar

o elemento racial como “instrumento mental” da modernidade, palavras de Quijano citadas por Debs e Moraes. Para além das manifestações geográficas e sociais do racismo, a dominação da população negra se deu em um nível mais profundo de criação de alteridades, em um corte claro entre sujeitos “não-racializados” e “racializados”: “a branquitude, portanto, teria sido colocada enquanto identidade dependente – alterna e posterior – da Negritude, a qual, por sua vez, consistiria em uma amálgama das fantasias brancas do que se deve ser”, notam os autores.

**Lucas Mazuquieri Reis em “Memória em chamas: imagens do Brasil de 2021 em sua historicidade ardente”** desenvolve uma reflexão acerca dos efeitos de determinadas práticas visuais na conformação da historicidade brasileira recente. Assim, as fotografias do incêndio da Cinemateca Brasileira, a obra de *net-art Ditamapa*, o incêndio da estátua de Borba Gato, a depredação do Escadão Marielle Franco e sua posterior restauração são avaliados não como meros instrumentos de representação da experiência, mas como agentes capazes de produzir uma determinada experiência do presente. Seguindo a linha de William J. T. Mitchell, o autor salienta a eficácia de tais práticas visuais em conduzir conflitos sociais, estabelecer identidades e projetar desejos em disputa no campo simbólico que se conforma no inconsciente coletivo dos sujeitos.

No entanto, Mazuquieri Reis não supõe que a passagem entre imagem, memória e laços afetivos seja imediata. Apoiado nas considerações de Didi-Huberman, ele atribui ao historiador a tarefa de realizar uma “montagem”, isto é, de reorganizar as imagens lançando sobre elas uma nova luz em um processo de reelaboração crítica e formação de novos significados. Dessa maneira, o próprio autor busca realizar um ato de “montagem”, que considera os acontecimentos retratados “na dimensão ontológica de sua existência histórica, aproximando e contrastando diferentes políticas de memória que

disputam visibilidade na arena pública, o que permitiria compreender a *historicidade* desses eventos”.

Também contribui para este dossiê **de Pedro Leal Gomes, com o artigo “Sobre corpo, tempo e presença: abordagens fenomenológicas para a história”**. A partir da tradição da fenomenologia, em particular de Hans Ulrich Gumbrecht e Jean-Luc Nancy, o autor discute as relações entre temporalidade e corpo, observando em ambos uma preocupação ético-política na maneira de conceber o corpo e seus vínculos com o mundo. Para Gumbrecht, certos fenômenos que se apresentam ao sujeito exigem um modo de percepção que ultrapassa a linguagem, pois correm pela via da experiência. Eles tensionam, assim, a primazia do sentido linguístico, para privilegiar um modo particular de análise que coloca o corpo em evidência, através da noção de presença. Essas situações, por meio dos efeitos que produzem, permitem uma aproximação entre o homem e o mundo e, dessa forma, “uma investigação que procure acentuar efeitos de presença tenta restabelecer certo caráter de coisidade daquilo que compõe o mundo, busca o que existe nos espaços de vivências e experiências não-conceituais”, destaca Gomes. A perspectiva gumbrechtana, no entanto, como observa o autor, não iria além do campo de ação humana, mantendo um viés antropocêntrico.

Já a ontologia do corpo em Nancy foge à exclusividade do humano, ao pensá-lo como “sinônimo de existência, ser, mundo, mente, consciência, alma, vida”. Nesse sentido, os animais, a vida vegetal, os recursos naturais e os objetos inanimados são também corpos, dos quais a reflexão fenomenológica deve se ocupar. Nancy mimetiza, em sua própria *excritura*, essa natureza aberta, produzindo movimentos de aproximação e afastamento, mudanças de ritmo e estranhamentos, a fim de produzir uma experiência de leitura. Embora tanto o filósofo francês, quanto Gumbrecht estejam inseridos no chamado “giro ético-político”, uma vez que articulam “uma preocupação minuciosa com o mundo

contemporâneo a partir do problema da diferença/alteridade”, Nancy teria radicalizado a questão, segundo o autor, ao identificar no corpo uma propriedade relacional que transborda o privilégio do sujeito humano como produtor de sentido.

Em **“Resistir: caminhos alternativos para o estudo do testemunho”**, **Maria Eliza Zahner** propõe uma chave analítica para pensar a literatura de testemunho, para além do trauma. De acordo com a autora, a prevalência dessa noção para compreender a motivação de sobreviventes de eventos-limite para se lançarem na escrita parece não dar conta de explicar alguns registros literários. A partir das obras de Ruth Klüger e Scholastique Mukasonga, a primeira, sobrevivente do campo de Auschwitz, a segunda, do genocídio em Ruanda, Zahner elabora uma reflexão sobre o lugar da angústia, do luto e, sobretudo, da resistência, como peças disparadoras da escrita e da construção da identidade.

Fechando os artigos, **Mara Regina do Nascimento e Vinicius Roesler Pereira** exploram dimensões da religiosidade contemporânea em **“As igrejas inclusivas no Brasil. Os casos da Igreja Cristã Inclusiva (ICI), de Uberlândia/MG, e da Igreja Cristã Contemporânea (ICC)”**. Dentre as muitas congregações neopentecostais no Brasil, algumas têm se notabilizado no espaço público por discursos moralizantes, em defesa de uma concepção tradicional de família, o que culmina, muitas vezes, em leituras homofóbicas e sexistas. Entretanto, há igrejas que visam a acolher a pluralidade de sexualidades e identidades de gênero, como a Igreja Cristã Inclusiva e a Igreja Cristã Contemporânea, analisadas no texto. Os autores se interrogam, assim, sobre as acomodações e as negociações estabelecidas no interior dessas igrejas, o tratamento destinado aos fiéis LGBTQIA+ e os limites da noção de inclusão, indicando o quanto as questões de sexualidade e de gênero não são campo pacífico na experiência da religiosidade, mas, ao contrário, terreno de disputas e contradições.

Por fim, o dossiê conta com a tradução do ensaio **“O que é a história? O que é literatura?”**, em que **Dominick LaCapra** avalia criticamente a proposta teórica de Ivan Jablonka, notadamente em **A História é uma literatura contemporânea: manifesto pelas ciências sociais**. Traduzido por **Naiara Damas e Eduardo Wright Cardoso**, o texto explora, à maneira de uma resenha expandida, os méritos e os limites do livro de Jablonka, que, em 2021, foi publicado em português pela Editora da UnB. Ao analisar a compreensão do historiador francês da história como uma literatura do mundo real, LaCapra sinaliza, como uma lacuna mais ampla do livro, a falta de uma análise mais detida e aprofundada de textos e outros artefatos, como filmes, embora destaque a importância de sua reflexão sobre as relações entre história, literatura e ficção, visto que ela aponta para linhas investigativas pouco percorridas na tradição intelectual francesa, em especial aquela dos *Annales*. Por essa valiosa contribuição para mapear a recepção de Ivan Jablonka, cujos textos têm ganhado, recentemente, versões em português, agradecemos aos tradutores e, em especial, ao empenho da professora Naiara Damas para obter junto a LaCapra a autorização para a tradução e a publicação.

Esperamos que a pluralidade de temas e abordagens aqui presentes ensejem boas e proveitosas leituras.

*Nathália Sanglard (UERJ)*

*Patrícia Reis (UNICAMP)*